

CÂMARA MUNICIPAL DE MONTES CLAROS

Arquivo Público Vereador Ivan José Lopes

ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA DE MONTES CLAROS

FLASH

8086

Presidente da Mesa Diretora: Athos Mameluque Mota

Espécie: Projeto de lei

Categoria: Utilidade Pública

Autoria: Antônio Silveira de Sá

Data: 21/09/2010

Descrição Sumária: PROJETO DE LEI Nº 97/2010. Concede o título declaratório de utilidade pública municipal à "Associação Comunitária Santo Ivo". (Referente à Lei nº 4.273, de 21/10/2010).

Controle Interno – Caixa: 25.9 Posição: 13 Número de folhas: 05

Espécie: PL Cateopia: Utilidade pública Cx: 25.9 Erdem: 13 nº fls: 22

AUTOR:

ASSUNTO:



80/2010 S 05.10.3010

Câmara Municipal de Montes Claros

PROJETO DE LEI Nº 97/2010

Ver. Antonio Silveira de Sá

Concede Título Declaratório de Utilidade Pública Municipal a Associação Comunitária Santo Ivo.						
	Entrada em 21/09/2 Comissão de Legisla					
1-A	DUDUA GO E.	n REGIME 0-2010.	ge U	16EN		
3						
7=3						
0						



PROJETO DE LEI Nº **97**/2010.

Concede Título Declaratório de Utilidade Pública

A Câmara Municipal de Montes Claros (MG) aprova, e eu Prefeito Municipal de Montes Claros sanciono a seguinte Lei;

Artigo 1º: Fica considerada de Utilidade Pública Municipal a entidade civil legalmente constituída, sem fins lucrativos, sob a denominação de "ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA SANTO IVO", inscrita no CNPJ 10,969,611/0001-04, com sede na rua Pará de Minas, nº 139, Vila Guilhermina, Cep. 39.400-000, zona urbana de Montes Claros, MG.

Artigo 2º: Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Sala das Sessões da Câmara Municipal, 17 de Agosto de 2010.

Vereador Antonio Silveira de Sá

Dr. Silveira



PROJETO DE LEI N'. ' RUS.

CAMBRA MUNICILLE MC 33 CLAROS

A COMHACAO DE LE GISLAÇÃO

E FUSTI CA

EM 210 SETEMBRO DE 2010

PRESIDENTE

Shi logicametis yazari di A

livis stiditing a inglamed for little between the local established and included education.

its, and the harmonists, set a decomposite "ASSOC" (CAO)

CAMARA FRANCESIA DE SE SCALBROS DE COMPANIO DE LO TRACES DE PROPERTOR DE LA PROPERTOR DE LOS COMPANIONES DE

OARMSA FURIORNI LAMAR OF LANCLARUS

REGINE DE URGERGIA

EMOS 0070810 DE 20/0

PRESIDENTE

rotisti senor in tra ti samerit emake amanaya na dotar

Versilar Antonio Situati de Su

CONTRACTOR OF THE PARTY.



CÂMARA MUNICIPAL DE MONTES CLAROS

ASSESSORIA LEGISLATIVA

PARECER SOBRE PROJETO DE LEI Nº 097/2010 QUE "Concede Título Declaratório de Utilidade Pública" de autoria do Vereador Antonio Silveira de Sa.

Projeto de Lei enviado à Assessoria Legislativa da Câmara Municipal de Montes Claros –MG, para análise de sua constitucionalidade, legalidade e forma técnica de redação.

Não se reconhece nenhum vício de iniciativa no projeto ou mesmo em seu objetivo, até porque tanto a Constituição Federal quanto a Lei Orgânica Municipal permitem que o Município legisle sobre assunto de seu interesse, como no presente caso.

O projeto em questão, bem como a entidade mencionada, conforme documentação juntada, preenchem os requisitos legais exigidos.

Assim sendo, somos de parecer que o projeto em questão é constitucional e legal e atende à forma técnica de redação.

É o parecer, sob censura.

Montes Claros, 22 de setembro de 2010.

Luciano Barbosa Braga Assessor Legislativo



Câmara Municipal de Montes Claros - MG

COMISSÃO DE LEGISLAÇÃO, JUSTICA E REDAÇÃO

PARECER SOBRE PROJETO DE LEI Nº 97/2010

AUTOR: Ver. Antônio Silveira de Sá

MATÉRIA: "Concede Título Declaratório de Utilidade Pública Municipal à

Associação Comunitária Santo Ivo."

I- RELATÓRIO

A proposição foi distribuída à Comissão de Legislação, Justiça e Redação em 21/09/2010, com entrada na Sala das Comissões no dia 22/09/2010.

Compete a esta Comissão, nos termos regimentais, emitir parecer sobre a legalidade, constitucionalidade e forma técnica de redação do projeto.

II – FUNDAMENTAÇÃO

O presente projeto tem como objetivo conceder Título Declaratório de Utilidade Pública Municipal à Associação Comunitária Santo Ivo.

Examinando a legalidade e constitucionalidade do referido projeto, esta Comissão verifica que o mesmo atende os requisitos legais previstos em lei para a concessão do referido título.

III - CONCLUSÃO

Pelo exposto, esta Comissão conclui pela legalidade e constitucionalidade do referido projeto de lei e que o mesmo atende à forma técnica de Redação.

Sala das (Comissões,	27	de setembro	de 2010.
Dala das	Comissoes,	Q, /	de setembro	de ZUT

Presidente: Ver. Alfredo Ramos Neto:	
Vice-Presidente: Ver. Sebastião Ildeu Maia: _	American Company
Relator: Ver. Cláudio Rodrigues de Jesus:	Daur.